



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL

Parecer nº 132/2014-PG

Assunto: Análise do PL 133/2014 – Estabelece critérios para utilização da Pista de Eventos José Eli Teles Silveira.

Referência: Pedido verbal/ informal do Procurador-Geral.

Interessado(s): Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ementa: Direito Constitucional. Projeto de Lei municipal proveniente do Poder Legislativo. Regulação de utilização de espaço público. Competência comum. Possibilidade. Constitucionalidade.

I. Relatório

1. Trata-se de estudo e parecer jurídico acerca da constitucionalidade e da legalidade (ou não) do PL supra referido.
2. Atendidos os requisitos regimentais, encontra-se a proposição em condições de análise. É o que basta relatar. Passo a fundamentar.

II. Fundamentação jurídica

3. A proposição em tela, oriunda do Poder Legislativo, visa estabelecer critérios para utilização de espaço público, bem como incentivar a utilização de natureza pública e evitar a de natureza privada desse espaço.
4. O projeto não impõe atribuição ao Poder Executivo, tampouco cria despesa ao ente. Ao legislar de forma abstrata, insere-se na competência comum, ou seja, está em consonância com a Constituição da República, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, LOM – Lei Orgânica Municipal.

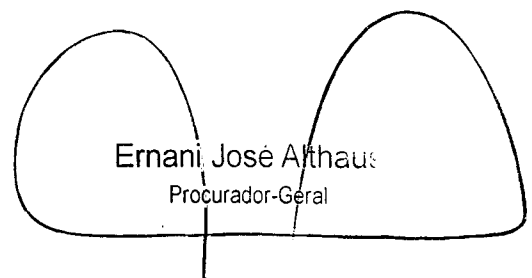
III. Conclusão

5. Diante da argumentação exposta, quanto ao aspecto jurídico, entendo ser o PL 133/2014 constitucional e legal.

É o parecer que submeto à consideração.

Novo Hamburgo/ RS, 2 de dezembro de 2014.


Fernando Mizerski
Procurador


Ernani José Althaus
Procurador-Geral